



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2023
(Do Senhor Evair Vieira de Melo)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, acerca de questões referentes à pasta ministerial.

Senhor **Presidente**,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, acerca de questões referentes à pasta ministerial.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:

- 1) Em 08 de janeiro de 2023, dia fatídico da odiosa invasão e depredação do patrimônio público na sede dos três Poderes em Brasília, o senhor já estava no cargo de Ministro de Estado da Justiça e da Segurança Pública (MJSP). Onde o senhor errou na coordenação das ações e na avaliação dos dados de inteligência sobre o que poderia vir a ocorrer naquele dia?*
- 2) O senhor teve ou não ciência das informações de inteligência que indicavam a possibilidade de ocorrência do ataque? Se soube, como parte da imprensa tem noticiado e como se pressupõe pelo fato de o senhor ter estado na sede do Ministério durante parte do ataque a contemplar o*





ocorrido, o que fez para impedir? Quando estava no prédio do MJSP na tarde de 8 de janeiro, o que fez? Para quem ligou? Quais ordens emitiu? Como interveio nas ações tomadas naquele dia pelas forças federais? O que o senhor orientou, coordenou e executou em relação à Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)?

3) O ex-secretário de segurança pública do DF, Anderson Torres, ainda está preso. Por que o senhor não está também, já que suas atribuições na segurança dos prédios da União no Distrito Federal (DF), a exemplo das sedes dos três Poderes, passa também pela atuação, ainda que subsidiária, de forças de segurança sob o seu comando? Onde o senhor falhou e por que suas ações e omissões são menos graves do que as do ex-secretário?

4) O que o seu Ministério tem feito para atuar em defesa do Estado de Direito no que diz respeito à correta individualização das condutas de cada participante dos atos de 08 de janeiro? Em sua avaliação as denúncias têm sido genéricas como apontam alguns especialistas? É aceitável num Estado Democrático de Direito a elaboração de denúncias genéricas, sem individualização de condutas? Quando o senhor era Juiz Federal, aceitava denúncias genéricas nos processos criminais que conduziu?

5) Exatamente qual a atual situação dos investigados, réus, presos ou elementos já soltos ligados ao 8 de janeiro? Quantos já foram transformados em réus? Quantos são mantidos presos? Quantas denúncias realizadas? Quais os crimes imputados? O senhor determinou a investigação de possíveis abusos de autoridade cometidos em função da detenção de crianças e adolescentes quando da desmobilização do acampamento em frente ao QG do





Exército? Houve denúncias de maus tratos contra idosos? Foram apuradas?

6) Qual a linha divisória entre a necessária preservação do direito de liberdade de expressão e da atuação criminosa contra a democracia? Quem vandalizou os prédios públicos em Brasília naquele dia deve, sim, ser punido, mas e quanto àqueles que estavam pacificamente se manifestando em frente aos quartéis ou mesmo na Esplanada, mas não tomaram parte nas ações violentas? Está havendo essa necessária diferenciação por parte das autoridades competentes?

7) Muitas manifestações anteriores da esquerda em Brasília atingiram prédios públicos dos Poderes da República, mas seus condutores não foram penalizados e nem investigados da maneira cruel e focada como tem acontecido em relação ao 8 de janeiro. Por que isso tem ocorrido? Muitos desses crimes cometidos em anos anteriores, em circunstâncias bastante semelhantes às do dia 8 de janeiro, ainda não estão prescritos: há disposição de sua pasta de seguir com a mesma determinação também para investigar e punir manifestantes de esquerda envolvidos em manifestações próprias do passado?

8) Há disposição de sua pasta de seguir com a mesma determinação também para investigar e punir manifestantes de esquerda envolvidos no dia 8 de janeiro (infiltrados)? Qual a sua avaliação acerca dessa hipótese investigativa?

9) Descreva sucintamente o que já se sabe sobre o financiamento, a organização ou a execução dos atos de vandalismo do dia 08 de janeiro. Houve negligência por parte do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), do Exército Brasileiro (EB), do Ministério da Defesa (MD), do MJSP, do





atual Presidente da República (PR), da Polícia Militar do DF (PMDF) ou de outros órgãos? Por que avisos, informações e indicativos oriundos da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) acerca da possibilidade de invasão dos prédios públicos naquele dia não foram levados em consideração por sua pasta e pelos demais órgãos com responsabilidade na segurança da Esplanada dos Ministérios? Houve negligência? Foi algo deliberado, planejado ou determinado? A ABIN não foi ouvida naquela ocasião estando sob o comando do GSI, não acha que, agora, sob o comando da Casa Civil, que tem missões muito mais amplas e não identificadas diretamente com a segurança, ficará ainda mais difícil que análises, avaliações e avisos oriundos da ABIN cheguem até aqueles que decidem, na ponta da linha?

10) Quais ações seu Ministério fez em coordenação com o GSI para impedir a realização dos atos de vandalismo de 08 de janeiro? O senhor articulou, coordenou e executou ações junto com o General Gonçalves Dias? Partiu do senhor alguma orientação ou houve alguma coordenação de sua parte com o General para agir da maneira como ele agiu com os vândalos dentro do Palácio do Planalto? Qual a sua avaliação acerca das ações do General e de sua equipe em relação aos vândalos posicionados dentro do Palácio do Planalto na tarde do dia 08 de janeiro? Houve erro?

11) Faltou liderança e ação do presidente da República sobre seus ministros? Não podemos considerar que a vítima naquele dia foi o Brasil e os responsáveis diretos sendo os invasores, mas os indiretos, todas as autoridades da República, federais e distritais, com atribuições na segurança pública da Esplanada? Isso não incluiria o senhor, o MD, o GSI, a Presidência da República, as Forças Armadas, entre outros?



* C D 2 3 0 3 7 7 4 6 2 7 0 *





12) *Em 31 de janeiro, quando já haviam sido conduzidas centenas de prisões, o senhor disse saber que haveria novas prisões nos dias seguintes, o que veio efetivamente a se concretizar. O senhor tem tido acesso a detalhes das operações futuras das polícias sob seu comando? Por que realizar a troca do comando de grande parte das superintendências da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Brasil assim que seu governo assumiu o posto? Por que tanta interferência no trabalho e na estrutura das polícias civis da União?*

13) *Qual o objetivo de sua visita ao complexo da Maré em 13 de março de 2023? Por que não constava do sistema oficial de agendas do seu Ministério? Com quem o senhor esteve reunido naquela oportunidade e tratando sobre quais assuntos?*

14) *O senhor participou do lançamento do Boletim "Direito à segurança pública na Maré"? Qual sua avaliação sobre o referido documento? O tráfico de drogas e crime organizado em geral dominam parte grande do complexo, mas as reclamações e reinvidicações apresentadas pela Rede da Maré parecem se voltar apenas para o trabalho policial, ignorando o necessário combate aos criminosos que oprimem diariamente as milhares de famílias de bem que moram no Complexo. Ao invés de se reunir com quem reclama dos policiais, não teria sido melhor se reunir com quem é oprimido pelos bandidos, para ouvir deles o que o Estado Brasileiro pode fazer para lhes proteger?*

15) *O senhor integrou roda de conversas com representantes da rede internacional Open Society? O que foi tratado? Foram abordados assuntos como a pauta do aborto, da legalização das drogas e de uma política de desencarceramento? O senhor*





assumiu algum compromisso em nome de sua pasta ou do Governo Brasileiro com essa rede?

16) Durante essa visita à Maré, o senhor se encontrou com lideranças do tráfico de drogas ou do crime organizado em geral? Se sim, assumiu algum compromisso em nome de sua pasta ou do Governo Brasileiro com esses criminosos?

17) O senhor coordenou sua ida até a Maré com alguma liderança criminosa para que não houvesse incidentes ou conflitos com sua equipe de segurança? Aliás, o senhor dispunha ou não de equipe de segurança lhe acompanhando ao longo da visita à Maré? Se não dispunha, como chegou à conclusão de dispensá-la, uma vez que é de conhecimento público o grau de periculosidade da região, em especial para autoridades da República com responsabilidades na segurança pública nacional?

18) De quem veio a ordem para retirar os carros blindados que serviam ao Presidente Jair Bolsonaro quando de sua volta ao Brasil? O senhor deu a ordem ou estava ciente? O atual presidente da República emitiu a ordem ou estava ciente?

19) Qual postura o governo atual vai adotar para garantir a vida e a segurança até mesmo de seus opositores? Por que as mensagens públicas do seu governo foram contraditórias em relação, por exemplo, às ameaças e articulações do crime organizado contra o Senador Sérgio Moro e sua família? Qual a posição do atual presidente da República sobre o que deve ser feito pelo governo para proteger até mesmo seus opositores e qual a sua posição como Ministro da Justiça e Segurança Pública acerca do tema?

20) O Governo Jair Bolsonaro avançou muito na regularização de terras por meio da entrega de títulos de





propriedade. Em 4 anos de governo, mais de 400 títulos entregues! Isso contribuiu em muito para a paz no campo e para que a produção rural nacional continuasse a sua marcha para o futuro. A situação mudou radicalmente com a chegada dos senhores ao Poder. O número de invasões ao longo dos 4 anos de governo de Jair Bolsonaro foi mínimo e já foi superado pelos primeiros meses do seu governo. Os senhores têm algo intrínseca, fundamental ou explicitamente contra o agronegócio brasileiro? O que esperar da postura desse seu governo em relação à atividade econômica que diariamente coloca comida na mesa do brasileiro e que sustenta nossa economia há décadas?

21) Qual a posição do atual governo federal sobre as invasões de terra no Brasil? Os senhores farão o devido enfrentamento a esse crime? Qual sinalização pública, de caráter político, o atual presidente da República quis dar ao País - e ao mundo - ao levar à China, em sua comitiva, o senhor João Pedro Stédile, líder nacional do MST: de incentivo e apoio às atividades criminosas desse movimento? De crítica e oposição aos produtores rurais do Brasil?

22) Quais orientações, ordens e diretrizes foram emitidas por sua pasta para a PF, a PRF e demais órgãos federais de seu Ministério para o enfrentamento às ações criminosas do MST no País? Quais ações estão sendo coordenadas de sua pasta com os órgãos de segurança públicas locais para impedir a realização de invasões de terra no Brasil?

23) O que foi planejado e está sendo executado para se contrapor ao anunciado "Abril Vermelho", série de ações, a incluir invasões de terra, que o MST conduz anualmente no Brasil nessa época e que desrespeita o conceito de propriedade privada, além de colocar em risco a própria





segurança e harmonia no campo, tão necessárias à condução das atividades da produção rural?

JUSTIFICATIVA

Este requerimento tenciona o pedido de informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Flávio Dino de Castro e Costa, acerca de questões referentes à pasta ministerial.

Isto porque, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, compareceu à Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (03/04), em audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, onde foi questionado sobre diversos assuntos, o quais alguns ficaram pendentes de resposta.

Tem-se que o comparecimento do ministro se deu em atenção aos REQs 8/2023 CFFC, do deputado Junio Amaral; REQ 10/2023 CFFC, do deputado Carlos Jordy; REQ 19/2023 CFFC, do deputado Evair Vieira de Melo; REQ 20/2023 CFFC, do deputado Evair Vieira de Melo; REQ 56/2023 CFFC, do deputado Deltan Dallagnol; REQ 62/2023 CFFC, do deputado André Fernandes; REQ 87/2023 CFFC, do deputado Evair Vieira de Melo; REQ 108/2023 CFFC, do deputado Evair Vieira de Melo; REQ 137/2023 CFFC, do deputado Nikolas Ferreira.

Neste esteio, os requerimentos visavam abordar os seguintes itens:

- 1 -Acerca da sua visita ao Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, para debater políticas de segurança pública;*
- 2 - Acerca de informações referentes às novas prisões - fruto dos inquéritos que investigam os atos ocorridos nas manifestações no dia 08 de janeiro de 2023;*
- 3 - Ligação entre o Partido dos Trabalhadores e a facção PCC,*





bem como para esclarecer sua fala a respeito da atuação dos parlamentares;

4 - Esclarecimentos sobre o motivo da retirada dos carros blindados do Ex-Presidente Jair Bolsonaro quatro (4) dias antes de seu regresso ao Brasil;

5 - Esclarecimentos sobre as providências adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública diante do anúncio do líder do MST, João Pedro Stedile, de promover ocupações de terras em todo o Brasil neste mês de abril;

6 - Sobre ameaça de violação de prerrogativas parlamentares por meio de suas redes sociais;

7- Esclarecimentos sobre os indícios de "pedalada fiscal" do presidente Lula ao alterar, de forma artificial, a previsão de gastos com o INSS em 2023 para tentar encobrir um rombo de R\$ 7,7 bilhões.

Todavia, sucedeu que o ministro se furtou de responder inúmeros questionamentos levantados por parlamentares na ocasião, razão pelo qual apresentamos o presente requerimento, porquanto que governo não pode fugir às responsabilidades, devendo explicações ao país sobre os casos atinentes à pasta ministerial, sendo um estampado opróbrio a conduta do ministro que deliberadamente se furtou em responder perguntas levantadas em uma comissão permanente.

Destarte, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes quanto à atuação do Poder Executivo, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Brasília, de de 2023.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO Evair Vieira de Melo

Apresentação: 04/05/2023 18:37:42.647 - MESA

RIC n.1144/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Evair Vieira de Melo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230377462700>

